Procuradoria Geral do Estado

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Resolução PGE 8, de 30-4-2014

Altera dispositivos das Rotinas do Contencioso Geral, aprovadas pela Resolução PGE 22, de 27-6-2012

O Procurador Geral do Estado, Considerando que as rotinas de trabalho devem ser permanentemente reavaliadas e aperfeiçoadas na mesma medida em que dinâmicas se mostram as atividades desempenhadas pela Procuradoria Geral do Estado;

Considerando que, transcorrido mais de um ano de efetiva vigência das Rotinas do Contencioso Geral, constatou-se a necessidade de se promover alterações pontuais a tal regramento com a finalidade de aperfeiçoar a atuação dos Procuradores do Estado na representação da Fazenda Pública em juízo;

Considerando as justificativas apresentadas pelo Subprocurador Geral do Estado da Área do Contencioso Geral, Resolve: Artigo 1º. Passam a vigorar com a seguinte redação os dispositivos adiante indicados das Rotinas do Contencioso Geral, aprovadas pela Resolução PGE 22, de 27-06-2012:

I – o § 2º do artigo 15:

"Artigo 15 – ...

§ 2º - Concluindo pelo cabimento da demanda rescisória ou anulatória, deverá ajuizá-la comunicando-se, se for o caso, o Procurador que acompanhar a execução do julgado."

II – o artigo 17:

"Artigo 17 - A Procuradoria competente para o acompanhamento inaugural de qualquer ação cabe elaborar, por decisão do Procurador do Estado Chefe, a inicial ou a resposta de ação anulatória contra ato judicial ou de ação rescisória e remetê-las, quando for o caso, à Procuradoria atuante perante o órgão jurisdicional de competência originária, para protocolo e acompanhamento, observada a competência material e recursal."

III – os incisos V e VIII do artigo 19:

"Artigo 19 – ...

V – aprovar as minutas de Pedidos de Suspensão, Reclamações Constitucionais, iniciais de ações coletivas e de improbidade administrativa, encaminhando ao exame final da Subprocuradoria Geral do Estado, quando for o caso;

...

VIII – decidir os pedidos de dispensa de recursos no âmbito de sua competência, podendo delegar tal atribuição às Chefias de Subprocuradorias, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 48 e 53;"

IV – o inciso V do artigo 20:

"Artigo 20 – ...

V – analisar as minutas de Pedidos de Suspensão, Reclamações Constitucionais, iniciais de ações coletivas e de improbidade administrativa;"

V – o artigo 47 e seu § 1º:

"Artigo 47 – Excetuados os casos em que houver expressa orientação ou determinação superior para recorrer, a interposição de Agravo bem como de Embargos de Declaração fica a critério do Procurador responsável pela demanda que deverá, nos casos em que houver gravame à Fazenda Pública, justificar a omissão do agravo na pasta digital.

§ 1º - A não interposição de recurso de Agravo não se aplica às demandas trabalhistas e nem às liminares, antecipações de tutela ou quaisquer outras decisões que imponham a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza, que não recebam ou não conheçam da apelação bem como àquelas proferidas em processos de acompanhamento especial, cuja dispensa, em quaisquer dessas hipóteses, depende de autorização do Chefe de Subprocuradoria."

VI – o "caput" artigo 48 e seu parágrafo único:

"Artigo 48 - A dispensa de apelação ou de recurso ordinário deve ser autorizada pelo Procurador do Estado Chefe da Unidade, com exceção daquelas tipificadas nas dispensas genéricas a que se refere o artigo 46, as quais apenas deverão ser justificadas na pasta digital e dos casos definidos como de acompanhamento especial, cuja dispensa somente poderá ser autorizada pelo Subprocurador Geral do Estado.

Parágrafo único – A regra prevista no caput aplica-se aos casos de desistência de recursos em geral em ações consideradas intransmissíveis por disposição legal em que sobrevenha a morte da parte contrária."

VII – o artigo 49:

"Artigo 49 – A dispensa de interposição de Agravo Interno, de Agravo Regimental, de Agravo de Petição, de Embargos Infringentes, de Recurso Especial, de Recurso Extraordinário e de Recurso de Revista, bem como dos respectivos agravos de despachos denegatórios, deverá ser decidida pelo Procurador do Estado Chefe de Unidade."

VIII – o "caput" do artigo 53:

"Artigo 53 - A dispensa de recurso inominado contra sentença proferida no âmbito dos juizados especiais da Fazenda Pública deve ser autorizada pelo Procurador do Estado Chefe da Unidade, com exceção daquelas tipificadas nas dispensas genéricas a que se refere o artigo 46, as quais apenas deverão ser justificadas na pasta digital e dos casos definidos como de acompanhamento especial, cuja dispensa somente poderá ser autorizada pelo Subprocurador Geral do Estado.

IX – o artigo 57:

"Artigo 57 – Nas hipóteses de impetração de mandado de segurança de competência dos Tribunais, caberá à Unidade competente para acompanhamento originário do processo elaborar a inicial e remetê-la, se o caso, à Procuradoria Especializada ou Núcleo de Autarquia, conforme a matéria, para distribuição, ou despachá-la diretamente, ante a urgência do caso, ficando o acompanhamento no Tribunal a cargo das Especializadas, ressalvado o disposto no artigo 24, parágrafo único."

X – o artigo 62 e seu § 1º:

"Artigo 62 - Constatada a necessidade de ajuizamento de medida cautelar perante o Tribunal competente, cumpre ao Procurador responsável pelo acompanhamento do processo adotar referida providência.

§ 1º - A minuta da medida cautelar deve ser instruída com todos os documentos indispensáveis à compreensão da controvérsia, devendo estes, ainda, ser mencionados no texto respectivo, com a indicação sequencial individualizada de cada um, sendo posteriormente encaminhada, em trânsito direto, à Procuradoria competente para acompanhar o processo."

XI – o artigo 63:

"Artigo 63 – A distribuição e o acompanhamento das medidas cautelares seguirão a regra prevista no artigo 61, ressalvado o disposto no artigo 24, parágrafo único."

XII – o inciso I e §§ 1º e 2º do artigo 85:

"Artigo 85 – ...

I - se o crédito atualizado não ultrapassar 600 (seiscentas) UFESP's;

...

§ 1º - Competirá ao procurador responsável anotar a justificativa para o não ajuizamento da ação na hipótese prevista no inciso I.

§ 2º - Na hipótese prevista no inciso II o não ajuizamento da ação dependerá de autorização do:

a) Procurador do Estado Chefe de Unidade se o crédito for superior a 600 (seiscentas) UFESP'S e não ultrapassar 1.200 (mil e duzentas) UFESP's;

b) Subprocurador Geral do Estado se o crédito for superior a 1.200 (mil e duzentas) UFESP's e não ultrapassar 2.500 (duas mil e quinhentas) UFESP's; e,

c) Procurador Geral do Estado nos casos em que o crédito for superior a 2.500 (duas mil e quinhentas) UFESP's."

XIII – o "caput" do artigo 86 e seu § 3º:

"Artigo 86 – Nas ações indenizatórias, em qualquer fase processual, constatando o Procurador do feito fundado risco de sucumbência da Fazenda Pública ou, ainda, a probabilidade de execução frustrada, deverá avaliar a conveniência de propor ao devedor o pagamento à vista ou em até 3 (três) parcelas mensais, atualizadas monetariamente, com abatimento de parte do débito, considerando para tanto o valor original da dívida, devidamente atualizado pelos índices oficiais, que poderá ser reduzido em até 50%, excluindo-se custas, juros moratórios e honorários advocatícios.

...

§ 3º - Aplica-se no que couber, para os acordos e transações celebrados após o ajuizamento da ação, o disposto nos artigos 82 a 84 e 95."

XIV – o artigo 96:

"Artigo 96 – Nas execuções de sentença, quando houver obrigações de fazer, não fazer, dar e pagar e os exequêntes promoverem apenas a última, o Procurador responsável determinará o cumprimento, de ofício, da obrigação de fazer, não fazer e dar."

XV – o § 2º do artigo 97:

"Artigo 97 – ...

§ 2º - Verificando nulidade processual, erro material, ou, ainda, a incorreção dos valores apurados ou dos critérios jurídicos utilizados no cálculo, deverá impugnar o cálculo e oferecer embargos à execução, na forma do artigo 730 do CPC, exceto nas hipóteses em que o valor controvertido não exceda a 50 (cinquenta) UFESP's;"

XVI – o artigo 99:

"Artigo 99 – O Procurador responsável, ao receber a citação/intimação, para cumprimento de obrigação de fazer, não fazer ou dar, examinando a extensão da decisão exequenda, emitirá manifestação objetiva, determinando a formação de expediente próprio e especificando detalhadamente como deverá ser cumprida a obrigação pela Secretaria de Estado, órgão ou Unidade competente nos termos da legislação própria."

XVII – o artigo 101:

"Artigo 101 – O processo de que tratam os artigos anteriores será encaminhado diretamente ao expediente da respectiva unidade que providenciará seu registro em sistema próprio, com numeração sequencial, que receberá a sigla PR/OF (Procuradoria Regional — Obrigação de Fazer) ou PJ/OF (Procuradoria Judicial — Obrigação de Fazer) ou PPI/OF (Procuradoria do Patrimônio Imobiliário – Obrigação de Fazer), para autuação do respectivo processo ou expediente administrativo ou digitalização para prosseguimento por meio eletrônico, encaminhando o expediente, após, com a tarja de "urgente-preferencial" para a remessa ao órgão responsável pelo cumprimento da obrigação."

XVIII – o artigo 102:

"Artigo 102 – Recebido o expediente administrativo, com o comprovante de cumprimento da obrigação de fazer e planilhas correspondentes, será anotada sua entrada e o protocolo da Unidade, remetendo-o diretamente ao Procurador responsável pela causa, para exame quanto à regularidade no cumprimento da obrigação e pronta comunicação do fato ao Juízo da execução, juntando, quando for o caso, os respectivos documentos."

XIX – o § 2º do artigo 108:

"Artigo 108 - ...

§ 2º - Cada requisição de pagamento dará origem a um expediente administrativo, ao qual deverá ser dada numeração própria, sequencial e irrepetível, e que tramará, preferencialmente, por meio eletrônico.

XX – o "caput" do artigo 109:

"Artigo 109 - As requisições de pagamento serão imediatamente encaminhadas para conferência inicial e, em até 10 (dez) dias úteis contados do respectivo recebimento, deverão ser cadastradas no Sistema Único de Controle de Requisitórios Judiciais, instituído pelo artigo 3º do Decreto estadual 55.300, de 30.12.09, e encaminhadas para o órgão jurídico responsável pelo acompanhamento da execução de origem, para demais verificações e providências e, ao final, arquivamento junto à pasta de acompanhamento do processo, devendo, obrigatoriamente, estarem acompanhadas dos seguintes documentos:

I - do ofício requisitório;

II - do comprovante de depósito e do demonstrativo de pagamento; e,

III - de eventual comunicação administrativa peculiar ao requisitório pago."

XXI - o artigo 128:

"Artigo 128 – Não havendo pagamento, e se restar negativa ou insuficiente a tentativa de penhora on line, no caso dos honorários com valores individuais atualizados inferiores a 600 (seiscentas) UFESP's, o Procurador responsável anotará tal informação, requererá a extinção do processo judicial e, após o deferimento pelo Juízo, proporrá o arquivamento da pasta."

XXII – o inciso IV, do artigo 140:

"Artigo 140 – ...

IV - certidão de distribuição de feitos das Justiças Estadual, Federal e do Trabalho, no período de 10 (dez) anos (proprietários: atuais e anteriores);"

Artigo 2º. Os dispositivos adiante relacionados ficam acrescentados nas Rotinas do Contencioso Geral, aprovadas pela Resolução PGE 22, de 27-06-2012, na seguinte conformidade:

I – o parágrafo único, com a redação que segue, no artigo 24:

"Artigo 24 – ...

Parágrafo único - Não são considerados de acompanhamento especial as ações cautelares e os mandados de segurança propostos perante os Tribunais Regionais do Trabalho com vistas a atribuir efeito suspensivo a recurso ou contra decisão interlocutória no processo do trabalho, salvo se o processo principal assim o for, nos termos do art. 23 destas rotinas."

II – o § 3º ao artigo 47:

"Artigo 47 – ...

§ 3º - Caso o Procurador oficiante avalie que o cumprimento da a liminar ou tutela antecipada possa causar grave lesão à ordem, segurança, saúde e economia públicas, representará, na forma prevista nos artigos 58 e seguintes destas Rotinas, à sua Chefia imediata, propondo a apresentação de Pedido de Suspensão."

III - o parágrafo único, com a redação que segue, no artigo 61:

"Artigo 61 – ...

Parágrafo único - As manifestações nas Reclamações serão elaboradas pela Unidade responsável por seu acompanhamento junto ao Tribunal competente, solicitando, se necessário, os subsídios cabíveis à Unidade de origem."

IV - o § 4º, com a redação que segue, no artigo 85:

"Artigo 85 – ...

§ 4º - Constatadas, em qualquer fase processual, as situações previstas nos incisos I e II deste artigo, fica o Procurador responsável autorizado a desistir da ação judicial."

V – os §§ 4º, 5º e 6º, com a redação que segue, no artigo 97:

"Artigo 97 – ...

§ 4º - A providência prevista no parágrafo anterior fica dispensada quando a correção do cálculo exequendo tiver sido apurada em laudo elaborado por contador habilitado ou quando coincidir com o cálculo apresentado pela Fazenda Pública.

§ 5º - É dispensada a manifestação do contador habilitado caso o valor da execução possa ser encontrado por cálculos aritméticos simples, situação em que o procurador responsável deverá fazê-los e incluí-los na pasta digital do processo.

§ 6º - Quando o valor controvertido do débito não exceder a 50 UFESP's e, desde que, ausentes outros pontos controvertidos formais e processuais que recomendem sua apresentação, compete ao próprio Procurador oficiante a decisão sobre a não oposição de embargos à execução, bastando formalizar justificativa na pasta digital."

VI – o § 4º, com a redação que segue, ao artigo 99:

"Artigo 99 – ...

§ 4º - Em se tratando de ação que tramita perante os Juizados Especiais da Fazenda Pública, em que não há citação para cumprimento da obrigação de fazer, assim que proferida a sentença, ou concedida tutela antecipada e, desde que, não haja recursos interpostos com efeito suspensivo, o Procurador oficiante deverá, de ofício, adotar as providências mencionadas no "caput" para cumprimento da obrigação de fazer."

VII - o parágrafo único, com a redação que segue, no artigo 107:

"Artigo 107 – ...

Parágrafo único – Em casos excepcionais, em que fixado prazo exíguo para atendimento de ordem judicial, a representação para cumprimento da obrigação de fazer poderá ser encaminhada por meio eletrônico oficial ficando dispensada a formação de expediente físico, devendo o procurador responsável pelo feito zelar pelo seu cumprimento."

VIII – o parágrafo único, com a redação que segue, no artigo 140:

"Artigo 140 – ...

Parágrafo único - Caso o bem apropriado seja de propriedade de grande empresa, conglomerado ou integrante da administração indireta, a documentação constante do inciso IV pode ser substituída por qualquer outro meio de prova de solvência."

IX – a seção III, ao Capítulo IX:

"Capítulo IX – CONTENCIOSO IMOBILIÁRIO

...

Seção III - Das Retificações de Registro Imobiliário

Artigo 158 - As notificações previstas no artigo 213, § 3º, da Lei Federal 6.015, de 31-12-1973, com redação dada pelo artigo 59 da Lei Federal 10.931, de 02-08-2004, serão recebidas na forma prevista na Resolução PGE 12, de 3 de maio de 2013.

§ 1º - No ato do recebimento, caberá ao responsável verificar se a notificação está instruída na forma prevista pelo artigo 213, inciso II, da Lei Federal 6.015, de 31-12-1973, com redação dada pelo artigo 59 da Lei Federal 10.931, de 02-08-2004, com requerimento do interessado, planta do imóvel e memorial descritivo assinado por profissional legalmente habilitado, com prova de anotação de responsabilidade técnica no competente Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA.

§ 2º - Se a notificação não contiver um ou mais documentos mencionados no § 1º, a notificação deverá ser devolvida imediatamente, mediante ofício, ao Cartório de origem, com indicação do documento faltante e solicitando o refazimento da notificação, sob pena de nulidade dos atos que vierem a ser praticados a partir de então.

Artigo 159 - Verificada a regularidade da notificação e dos documentos que a instruem, o órgão de execução responsável pela análise do pleito formulado no procedimento de retificação administrativa o transmitirá ao respectivo órgão de engenharia - Centro de Engenharia e Cadastro Imobiliário-CECI ou Serviço de Engenharia e Cadastro Imobiliário-SECI, conforme o caso - que, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da notificação, prestará as informações necessárias.

Artigo 160 - Caso constate a necessidade de realização de vistoria para afastar dúvida fundada sobre a descrição, a planta encaminhada ou qualquer outro fato que impeça rápida manifestação conclusiva, o órgão de engenharia deverá encaminhar esta informação ao Procurador do Estado Chefe da Unidade ou quem este designar, dentro do prazo mencionado no Artigo 159, com a indicação do prazo necessário para a realização da diligência e confecção do laudo, que não poderá superar 30 dias contados do oferecimento da informação.

Artigo 161 - Ocorrendo a hipótese mencionada no artigo anterior, o Procurador do Estado Chefe da Unidade, ou quem este designar, deverá apresentar impugnação ao pedido, com a indicação dos motivos apontados pelo órgão de engenharia, que impedem o oferecimento de manifestação conclusiva, bem como requerer a concessão de prazo necessário para a realização da vistoria e a elaboração do laudo.

§ 1º - Na mesma impugnação, o Procurador do Estado deverá requerer ao Oficial do Cartório de Registro de Imóveis a notificação do interessado para que se manifeste sobre o pedido de prazo para a realização da vistoria e a elaboração do laudo, posto que, caso a diligência venha a constatar a ausência de prejuízo à Fazenda do Estado ou sanar eventual irregularidade, a manifestação poderá ser favorável ao pleito do interessado.

§ 2º - Deverá o Procurador do Estado, na mesma impugnação, requerer ao Oficial do Cartório de Registro de Imóveis a remessa do processo ao juiz competente, com pedido de concessão de prazo para apresentação do laudo e manifestação conclusiva, visando a instrução sumária referida no artigo 213, § 6º, da Lei Federal 6.015, de 31-12-1973, com redação dada pelo artigo 59 da Lei Federal 10.931, de 02-08-2004, caso o interessado não concorde com o pedido mencionado no parágrafo anterior.

§ 3º - Apresentada a impugnação, o Procurador do Estado Chefe da Unidade ou quem este designar deverá acompanhar a tramitação do procedimento administrativo e o cumprimento das providências estabelecidas no Provimento CG 02/2005, interpondo, se o caso, recurso administrativo à Corregedoria Geral da Justiça e as medidas judiciais que se revelem necessárias, observadas as regras gerais quanto ao ajuizamento de ações contidas nas presentes Rotinas, visando o resguardo dos interesses da Fazenda do Estado.

§ 4º-Em se tratando de Procuradoria Regional, uma vez interposto recurso para a Corregedoria Geral da Justiça, o expediente administrativo contendo os documentos necessários à compreensão dos fatos será encaminhado à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, para acompanhamento.

Artigo 162 - Em havendo concordância com os limites apostos no trabalho técnico apresentado, o engenheiro responsável pela análise das plantas e memoriais descritivos deverá subscrevê-los, fazendo constar dessa subscrição o número da nota técnica correspondente.

Parágrafo único - O Procurador do Estado Chefe da unidade responsável, após aposição das assinaturas e da análise a que aludem os artigos 158 e 159, também deverá subscrever as plantas e memoriais descritivos apresentados, fazendo constar dessa subscrição o número do ofício correspondente à manifestação encaminhada ao Registrador competente.

Artigo 163 - No caso de requerimento administrativo para anuência de limites apresentado diretamente pelo interessado, deverá ser adotado o mesmo procedimento de verificação técnica previsto nessa Resolução, providenciando-se a nota técnica e as aposições de assinatura na forma e na ordem indicadas nesse dispositivo, substituindo-se, caso assim entenda a Chefia da Unidade, o ofício a que alude o parágrafo único do artigo 162 por manifestação numerada, a ser juntada ao expediente recebido."

Artigo 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial:

I - o inciso I, do § 1º do artigo 86;

II - o parágrafo único do artigo 128;

III - a Resolução PGE 26, de 30-8-2006.

Despacho do Procurador Geral do Estado, de 5-5-2014
No Processo PGE/GDOC 16901-409558/2014. Interessado: Procuradoria do Patrimônio Imobiliário. Assunto: Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, em caráter de emergência.

Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei federal 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei federal 8.883/94, a

dispensa de licitação declarada pela Senhora Procuradora do Estado Chefe da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, objetivando a contratação direta da empresa TEG SERVIÇOS DE APOIO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA, nos termos do art. 24, inciso IV do aludido diploma legal, para prestação dos serviços de limpeza, asseio e conservação predial no edifício sede da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário.

Despacho do Procurador Geral do Estado, de 30-4-2014

NO PROCESSO PGE/GDOC 17040-1382327/2013. Interessado: CENTRO DE ESTUDOS DA PGE. Assunto: SUPRIMENTO – PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS. CONTRATAÇÃO DA AASP PARA FORNECIMENTO DE PERIÓDICOS.

"Ratifico, nos termos do disposto no art. 26 da Lei federal 8.666/93, com a redação dada pelo art. 17 da Lei federal 11.107/2005, a inexistência de licitação declarada pela Senhora Procuradora do Estado Chefe do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, com fundamento no artigo 25, caput, da Lei federal 8.666/93, para contratação da Associação dos Advogados de São Paulo – AASP, tendo por objeto o fornecimento de produtos e serviços, considerados indivisíveis em seu conjunto, destinados ao Centro de Estudos da PGE, Serviço de Aperfeiçoamento e Divulgação".

CENTRO DE ESTUDOS

Comunicado

A Procuradora Chefe do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado Comunica aos Procuradores do Estado que estão abertas as inscrições para participação na I Jornada de Direito da Saúde, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, até o dia 09 de maio de 2014. As inscrições podem ser feitas diretamente no endereço <http://www.cnj.jus.br/evento/eventos-novos/i-jornada-do-forum-nacional-da-saude>. Para fins de pagamento de diárias e de despesas com transporte, ficam abertas 10 (dez) vagas aos Procuradores classificados nas Procuradorias Regionais. Somente estes deverão informar suas inscrições ao Serviço de Aperfeiçoamento do CE, até às 17h00 do dia 09 de maio de 2014, pelo fax (11) 3286-6992 ou por correio eletrônico – Notes (aperf_cepge@sp.gov.br), hipótese em que a solicitação poderá ser enviada diretamente pela Chefia com autorização. Caso o número de interessados supere o número de vagas disponíveis, será procedida a escolha por sorteio, que será realizado em sessão pública nas dependências da sede do Centro de Estudos, às 17h30 do dia 09 de maio de 2014. As diárias e reembolso de transporte terrestre serão deferidas e pagas nos termos da Resolução PGE 59, de 31.01.2001, Resolução PGE nº 28, de 31.10.2012 e do Decreto 48.292, de 2.12.2003, mediante apresentação de relatório/síntese das temas tratados no evento.

Transportes Metropolitanos

GABINETE DO SECRETÁRIO

POSTO REGIONAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Despachos do Supervisor, de 5-5-14

Infrações ao Decreto 24.675/86, alterado pelo Decreto 27.436/87, complementados pelos Decretos 41.659/97 e 45.983/01.Ficam impostas aos infratores abaixo relacionados, as multas indicadas, em conformidade com as disposições dos referidos Decretos.

Artigo 55, Inciso V, Letra g
DEIXAR DE OBSERVAR, PARA MENOS, A TABELA HORÁRIA PR-RMSP/TCR/1192/14
VIAÇÃO BOA VISTA LTDA

RF	AIIPM	DATA	VALOR
06737/14	0306939-C	01/04/2014	R\$ 104,24 (REINCIDENTE)
06743/14	0306940-C	01/04/2014	R\$ 104,24 (REINCIDENTE)
06758/14	0306952-C	01/04/2014	R\$ 104,24 (REINCIDENTE)
06764/14	0306964-C	01/04/2014	R\$ 104,24 (REINCIDENTE)
06765/14	0306976-C	01/04/2014	R\$ 104,24 (REINCIDENTE)
06770/14	0306988-C	01/04/2014	R\$ 104,24 (REINCIDENTE)
06775/14	0307038-C	01/04/2014	R\$ 104,24 (REINCIDENTE)
06777/14	0307040-C	01/04/2014	R\$ 104,24 (REINCIDENTE)
06782/14	0307051-C	01/04/2014	R\$ 104,24 (REINCIDENTE)
06784/14	0307063-C	01/04/2014	R\$ 104,24 (REINCIDENTE)
06787/14	0307075-C	01/04/2014	R\$ 104,24 (REINCIDENTE)

Artigo 55, Inciso V, Letra t
Deixar de cumprir resolução, portaria e norma das autoridades competentes da STM
VIAÇÃO BOA VISTA LTDA

RF	AIIPM</
----	---------